

mo a sua falta é que o juiz competente será o em que proferida a sentença condenatória. Essa derradeira afirmação merece, contudo, mais devida reflexão, atrelada, já agora, ao enunciado do parágrafo único do artigo 2º da Lei de Execução Penal, assim redigido na íntegra: "A jurisdição penal dos juizes ou tribunais da justiça ordinária, em todo o território nacional, será exercida, no Processo de execução, na conformidade de desta lei e do Código de Processo Penal. Parágrafo único - Esta lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito a jurisdição ordinária". Com efeito, não poderiam deixar de ser focalizadas as situações em que a condenação provém de órgão da Justiça Criminal Especial (Eleitoral ou Militar), mas o sentenciado cumpre a pena em estabelecimento prisional "sujeito a jurisdição ordinária", isto é (rectius) a Justiça Criminal comum (v., a respeito, artigo 1º do Projeto de Código de Processo Penal, em tramitação no Congresso Nacional; e item 15 da respectiva Exposição de Motivos). Isso porque, a evidência, são o órgão jurisdicional correcedor do presídio tem atribuição legal para supervisionar a execução da pena privativa de liberdade, nos termos do artigo 66 (especialmente, incisos I a V) da mesma Lei n. 7.210, de 1984. III- Do mesmo modo, havendo condenações, simultâneas, ou subsequentes, por órgão da Justiça Estadual e da Justiça Federal, ou, ainda, única condenação por um desta, é competente para a execução, exclusivamente, o juiz de execução penal da Justiça local, sempre que (como, normalmente, acontece) o condenado cumprir a pena em estabelecimento prisional estadual. Como ressaltou a Segunda (2a.) Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Habeas Corpus n. 40.575-3, da Comarca de Santos, em acórdão da lavra do eminente Desembargador WEISS DE ANDRADE, perfeitamente sintonizado com a exegese do artigo 65 da Lei de Execução Penal, "... a legislação determina que a execução somente incumbirá ao juiz da sentença quando não houver juiz especial. ....

Esta" (execução da pena). "não apenas face ao disposto na legislação processual penal, como também diante das regras expressas na Lei de Execuções Penais, é privativa do juiz indicado na lei local de organização judiciária, ou seja, do Juiz da Execução" (In RT, 608/299-300, com destaques). IV- Ex positis, quer jurídica, quer praticamente, a competência

para a execução da pena é, prevalecentemente, do Juiz da Execução Penal, como tal definido na lei local de organização judiciária, seja qual for o órgão jurisdicional criminal sentenciante, tanto da Justiça Comum, quanto da Justiça Especial. Somente na sua falta e, ainda, se isso for possível, é que ela se estenderá para o Juiz em que pronunciada a sentença condenatória. Esse é o meu parecer, submetido, com o respeito de sempre, aos eminentes pares, integrantes deste Egrégio Conselho, para os fins e efeitos entendidos necessários e/ou convenientes". Decisão-CNPCCP: Pela aprovação unânime e encaminhamento da matéria aos Juizes de Execução Criminal, aos Secretários de Justiça e de Segurança Pública, aos Corregedores Gerais de Justiça e ao Ministro Corregedor do Tribunal Federal de Recursos. b) Expediente Nº 00601/87 - SEPAR/MJ - Assunto: Sugestões no sentido de que noticiário e filmes sejam censurados nas prisões. VOTO: "Com esse breve relato, que, de pronto, mostra a preocupação da sociedade brasileira, relativamente a fatos gravíssimos, de notório conhecimento, se coloca, de modo curial, a procedência da sugestão. Acontece, todavia, que a providência alvitrada se faz, de há muito, prática generalizada nos presídios brasileiros, e, por isso, torna desnecessária qualquer medida deste Egrégio Conselho, decorrentemente de seu acatamento. Daí porque voto pelo arquivamento do expediente, com a subsequente comunicação ao interessado, se assim entenderem, também, os eminentes Senhores Conselheiros". Decisão-CNPCCP: pela aprovação unânime. c) Exped. S/Nº- Da Direção do Presídio Professor Aníbal Bruno - Recife/PE - Assunto: Sugestão de alteração do texto do artigo 126 da Lei de Execução Penal (n. 7.210, de 11 de julho de 1984), substituindo-se o vocábulo condenado pela palavra preso - VOTO: "Não obstante o sadio propósito com que formulada, inaceitável afigura-se, data venia, o acolhimento da sugestão apresentada pelo ilustre Diretor do Presídio. É que, segundo o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei de Execução Penal, todos os seus preceitos são aplicáveis, também ao preso provisório, a saber: "Esta lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito a jurisdição ordinária" (com destaque meu). Assim sendo, de todo despicando se mostra a proposição, dado poder ser aplicado, sem nenhum óbice, o dispositivo apontado, relativamente a qualquer preso, inclusive o provisório, que, em momento posterior, venha a ser condenado. E o meu parecer que, respeitosamente, submeto à elevada apreciação dos eminentes Senhores Conselheiros, com a recomendação de que, caso aprovado, seja comunicado à ilustre autoridade oficiante, bem como aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Justiça das unidades de nossa República Federativa". Decisão-CNPCCP: pela aprovação unânime. III- Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES - a) Exp. S/Nº e data, da Associação dos Policiais Penitenciários do Estado de Pernambuco. Assuntos: Aperfeiçoamento da Lei Estadual de Execução Penal - proposta para modificação da Lei Nº 6797/84 e reunião descentralizada do CNPCP na Região Nordeste. VOTO: "Como são apontadas falhas no sistema penitenciário e está sendo elaborado um relatório sobre aquele estado, sugerimos que estas informações sirvam de subsídio ao relator da visita realizada naquele estado". Decisão-CNPCCP: Pela aprovação do voto e encaminhamento de cópia da matéria, ao Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI; b) Ofícios Nºs 78 e 81/87 - do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais - Prejudicados, face a providências recentes da Presidência do Conselho; c) Ofício nº 4437/87-C/SAI - da Associação dos Funcionários Penitenciários do Estado de Minas Gerais. Assunto: Sugestões para a melhoria da classe. VOTO: prejudicado, tendo em vista que matéria similar foi relatada e aprovada pelo Conselho, em sua sessão de 25 de janeiro próximo findo; d) outros assuntos foram relatados preliminarmente e, na próxima sessão, constarão da ata. Em virtude da exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo a aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES  
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva

#### ATA DA 117ª REUNIÃO (22.02.88) TARDE

As 15:00 do dia 22 de fevereiro de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 302 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. Conselheiros presentes: EDUAR

DO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e ROGÉRIO LAURIA TUCCI. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, ELOAR GUAZELLI, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Processos e expedientes relatados: I- Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO - a) Processo-MJ-Nº 002551/87 anexado ao Processo-MJ-Nº 002397/87 - Assunto: Relatório Papuda/DF - VOTO: Encaminhamento de cópia do parecer ao CDDPH a fim de que aquele Egrégio Conselho transmita à Anistia Internacional as necessárias comunicações, e, ainda, encaminhamento de expediente ao Governador do Distrito Federal, objetivando-se informações quanto às solicitações do CNPCP., no sentido daquele Governo promover o necessário ajustamento do Centro de Reeducação-CIR-PAPUDA/DF às normas vigentes de Execução Penal. Decisão-CNPCCP: pela aprovação unânime; b) Processo-MJ-Nº 013675/85 - Assunto: Reclamação - VOTO: "A matéria objeto do presente processo nada tem a ver com o elenco de atribuições deste CNPCP". Decisão-CNPCCP: Pelo arquivamento; c) Processo-MJ-Nº 026743/86 - Assunto: Transferência de preso - VOTO: "Ainda que inexistisse uma Resolução específica deste CNPCP, que estabeleça como um dos requisitos para a transferência de presos de uma Unidade de da Federação para outra, a possibilidade de permuta, ante o excedente populacional existente em todos os estabelecimentos penais brasileiros, é inviável o atendimento à pretensão do reqte. Está ele, ainda, respondendo a vários outros processos criminais em São Paulo, já estando condenado ao cumprimento de penas num total de 12 anos e 4 meses, além de multas. Por outro lado, sua folha de assentamentos carcerários é desabonadora, pois, dela, consta não apenas indisciplinas menores, como até envolvimento em motim de presos. Não há porque discordar-se dos posicionamentos já tomados pelos Juizes de São Paulo e Paraná e pela assessoria jurídica do DEPEN. Pelo indeferimento do pedido, fazendo-se as necessárias comunicações". Decisão-CNPCCP: Pela aprovação unânime e arquivamento no DEPEN; d) Processo-MJ-Nº 003820/87 - Assunto: Condições da cadeia de Uberlândia e, menores abandonados - VOTO: Face a informação da Representação da FUNABEM em relação à situação dos menores em Uberlândia e, tendo em vista outras providências solicitadas pelo CNPCP., o Relator opinou no sentido de que seja "oficiado ao Exmo. Dr. Sebastião Lintz, Juiz de Uberlândia, a fim de ser este CNPCP informado se alguma providência foi efetivada para minorar os graves problemas carcerários e de menores da Comarca, bem como informes sobre a colônia agrícola pretendida para a Comarca. E o parecer preliminar". Decisão-CNPCCP: Pela aprovação unânime. e) Ofício 1917/87-DEPEN/MJ - Assunto: Edição de Resolução-CNPCCP para os sistemas penitenciários estaduais "com vistas à efetiva participação da comunidade no processo de reeducação do recluso e reinserção social do egresso" - VOTO: "De ser considerado prejudicada a solicitação, formulada em agosto de 1986. O CNPCP vem tomando sucessivas medidas no sentido de promover ou sensibilizar a comunidade em problema que lhe atinge diretamente, qual o da ressocialização do apenado. Dentre todas as iniciativas, sem dúvida a mais importante foi a de propor a criação de Conselhos Estaduais de Política Criminal e Penitenciária, instalados já em alguns Estados e Territórios e que poderão servir de embrião para a indispensável participação da comunidade em tão magna tarefa, qual seja a de não apenas tentar entender o problema penal, como engajar-se na indispensável tarefa de reduzir a criminalidade a níveis de suportabilidade de social". Decisão-CNPCCP: Pela aprovação unânime e encaminhamento ao DEPEN. II- Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO - a) Processo-MJ-Nº 029308/83 - Assunto: Reestruturação do DEPEN - VOTO: "Opino pelo acolhimento da proposta e pela devolução do processo ao DEPEN para o de talhamento de custos, retornando após a este Conselho". Decisão-CNPCCP: A diado, face ao pedido de vista da matéria pelo Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI; b) Ofício-CDDPH-MJ-Nº 1172/87 - Assunto: Informações sobre a Penitenciária de Florianópolis/SC, contidas em pedido de "habeas corpus". VOTO: "Pelo arquivamento do expediente", tendo em vista o exame da matéria. Decisão-CNPCCP: Pela aprovação com aditamento emitido pelo Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, no sentido de anexar ao mencionado expediente, cópia do relatório/87, do Estado de Santa Catarina; c) Processo-MJ-Nº 004508/87 - Assunto: Denúncia de irregularidades na Penitenciária de Florianópolis/SC - VOTO: "Realmente, antes da gestão do Diretor Pereira Soares, a Penitenciária Estadual de Florianópolis ressentia-se de graves lacunas e severas omissões. As condições de habitabilidade do prédio eram precaríssimas, os castigos eram impostos sem critério e a disciplina praticamente não existia, não havia qualquer programa de reabilitação em curso e o resultado foram os motins que se sucederam num interregno de quatro meses. A mudança de direção foi salutar. Imprimiu novas rotinas e orientou seu trabalho no sentido de recuperar o estabelecimento e promover o preso como pessoa. Seus objetivos estão sendo conseguidos e este Conselho é testemunha das mudanças operadas e dos efeitos que surtem. As providências pedidas por HUMBERTO GRAZIANO FILHO foram, com certeza, tomadas, com as alterações verificadas. Face ao exposto, opino pelo arquivamento do presente". Decisão-CNPCCP: Pela aprovação unânime. d) Processo-MJ-Nº 027857/86 - Assunto: Denúncias contra o Instituto Psiquiátrico Forense - "Manicômio Cardoso" - Pelotas/RS - VOTO: "Opino no sentido de ser transmitido ao Secretário de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul a preocupação deste Conselho com excessiva demora na elaboração dos laudos e no exame dos pacientes recolhidos ao Instituto Psiquiátrico Forense "Dr. Maurício Cardoso", assim como a falta permanente de vagas que lá se verifica". Decisão-CNPCCP: Pela aprovação unânime. III- Proposições: a) Pelo Conselheiro RENE ARIEL DOTTI, foi sugerido que o Conselho publique os relatórios de visita aos estabelecimentos penais do País e demonstre as suas condições de funcionamento; a oportunidade, reportando-se ao Relatório proferido pelo Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO, sobre o Centro de Reeducação-CIR-Papuda/DF, observou que o referido estabelecimento penal, em bora situado no Distrito Federal, não atende aos dispositivos da Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984, (Lei de Execução Penal); b) Aludindo-se à proposição supra, o Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, sugeriu ao CNPCP que além da publicação dos relatórios de visitas, fossem estabelecidas normas gerais de procedimento, quando verificada a infração penal em estabelecimentos penitenciários. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES  
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva

(OF. nº 40/88)